

Alberto Torres, organização nacional e questão agrária

Jorge Eschriqui Vieira Pinto*

Resumo

Alberto Torres foi um autor vanguardista entre a intelectualidade do Brasil por iniciar uma análise crítica à República Velha. Tal análise é constituída por meio do estudo da realidade brasileira, apontando a necessidade urgente de se solucionarem problemas como os agrários, que se relacionam com o desenvolvimento da agricultura, a preservação dos recursos naturais e a reforma agrária.

Palavras-chave: Política orgânica. Organização nacional. Questão agrária.

Vida e obra de Alberto Torres

Alberto Torres elaborou ensaios de caráter sociológico que constituíram, em princípios do século XX, um “diagnóstico” dos problemas que afligiam a sociedade brasileira, como as profundas desigualdades sociais, a má distribuição e utilização da terra, a ausência de integração entre as diferentes regiões do país, as ameaças à soberania nacional, a inexistência de uma consciência nacional, a desvalorização da cultura nacional. Trata-se de um autor que iniciou no Brasil um movimento de análise crítica à República Velha entre a intelec-

* Bacharelado e licenciatura plena em História pela Universidade de Brasília. Mestre em História pela Universidade Estadual Paulista Júlio Mesquita Filho (Unesp), campus de Franca - SP. Graduando em Direito no Centro Universitário do Distrito Federal. Doutorando em História na Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, campus de Franca - SP, onde desenvolve a pesquisa intitulada “A constituição da organização nacional no Brasil e no México: diagnósticos e tratamentos para duas ‘sociedades enfermas’”, sob a orientação do professor Doutor Alberto Aggio.

tualidade a partir do estudo da realidade nacional como elemento fundamental de apoio para a elaboração de um projeto de política nacional que visasse buscar alternativas de “tratamento” para a cura dos problemas e, conseqüentemente, o despertar de um espírito nacional forte.

Influenciado pelo pensamento de Herbert Spencer, Alberto Torres pensou a nação como um organismo cujo desenvolvimento dependia da evolução e da ação integrada de suas partes, que seriam constituídas pelos diversos setores da população nacional, cada qual tendo um papel essencial na construção de uma grande nação. Caberia ao Estado, enquanto o cérebro do organismo nacional, garantir e estimular as ações coordenadas das diferentes partes.

Alberto Torres foi um intelectual que teve uma atuação política destacada no Brasil, exercendo cargos públicos que contribuíram para a compreensão dos problemas nacionais que impediam o desenvolvimento do país com um todo, dificultando a concretização de uma unidade nacional.

Nascido em 26 de novembro de 1865, em Porto de Caxias, município de São João de Itaboraí, província do Rio de Janeiro, participou das campanhas abolicionista e republicana por meio dos clubes republicanos e dos órgãos de divulgação das suas ideias. Foi nessas circunstâncias que Alberto Torres começou a sua atividade jornalística, escrevendo artigos para os jornais *Ça-Ira*, *A Idéia*, *O Constitucional* e *A República* e sendo iniciado na análise dos problemas nacionais. Concluiu o curso de Direito em Recife, em 1885. Fundou o Clube Republicano de Niterói e o jornal

de divulgação das ideias republicanas *O Povo*, em 1889.

Em dezembro de 1889, Alberto Torres foi nomeado advogado auxiliar da Intendência Municipal do Distrito Federal. Em janeiro de 1892, foi eleito deputado para a segunda Assembleia Constituinte do Rio de Janeiro, sendo membro da comissão elaboradora da constituição. Em agosto de 1896, foi nomeado ministro da Justiça e Negócios Interiores para o governo de Prudente de Moraes. Todavia, após Alberto Torres ter ocupado o cargo, o presidente Prudente de Moraes adoeceu e pediu licença, assumindo a presidência da República o vice-presidente Manuel Vitorino. Por causa de eleições na cidade de Campos e do comportamento duplice de Manuel Vitorino diante da questão, num quadro político de disputa política entre Francisco Portela, Tomar Porciúncula e Nilo Peçanha, Alberto Torres renunciou ao cargo de ministro.

Chegou à chefia do Estado do Rio de Janeiro para um mandato que durou de 31 de dezembro de 1897 à igual data do ano de 1900, enfrentando vários problemas, como as dificuldades financeiras que se agravaram com a crise do café, a duplicidade de Câmaras Municipais na cidade de Campos e as disputas pela liderança do estado com os chefes do Partido Republicano. Apesar das dificuldades, Alberto Torres tomou importantes medidas durante o seu governo, muitas das quais seriam mais tarde incluídas em suas obras como ideias para a solução dos problemas nacionais. Entre essas medidas se destacaram o incremento à difusão da instrução primária, normal e secundária, com a reorganização do aparelho

escolar, a criação de escolas e o estímulo à iniciativa privada no setor da educação; o desenvolvimento da agricultura por meio do estímulo à cultura intensiva e racional pelos modernos processos científicos e o estabelecimento do cooperativismo entre os produtores e de entrepostos para o café; o saneamento da Baixada Fluminense e a criação de uma colônia totalmente nacional. Com relação a esta última medida, Sabóia Lima afirma que o objetivo de Alberto Torres era abandonar

a tradição da nossa inepta política econômica que, aconselhando todos os sacrifícios para a importação do braço estrangeiro, desprezava o nosso trabalhador, mais valioso como unidade produtora, deixando que, aos milhares e milhares, perecessem, pelo Brasil inteiro, sem a assistência rudimentar que outros países não tinham recusado aos habitantes de suas mais afastadas colônias.¹

Em 1901, Alberto Torres foi empossado como ministro do Supremo Tribunal Federal, vindo a se aposentar precocemente em 1909 por motivo de saúde. Em 1909 e em 1913, publicou dois livros que revelam as suas preocupações com a ordem mundial e a paz, que são *Vers la paix* e *Le problème mondial*. Em 1914, lançou as suas duas principais obras, *O problema nacional brasileiro* e *A organização nacional*, que foram constituídas com base em análises feitas por Alberto Torres sobre a realidade nacional ao longo de seus artigos escritos para a imprensa. Além disso, Alberto Torres também publicou um livreto em 1915, intitulado *As fontes de vida no Brasil*, no qual retoma uma temática já presente nos dois livros anteriores, sobre a questão do caráter depredador da exploração do solo,

do desbaratamento do potencial dos recursos naturais, do uso impreciso da técnica e do sentido mítico do desenvolvimento. Faleceu em 29 de março de 1917, vítima de um câncer.

Alberto Torres foi um intelectual vanguardista entre a intelectualidade do Brasil por iniciar uma análise crítica à República Velha. Tal análise é constituída por meio do estudo da realidade brasileira, que serve como um “diagnóstico” para um quadro de “enfermidade” da sociedade brasileira e base para a elaboração de um projeto de política nacional que contenha as medidas a serem tomadas para o “tratamento” dos problemas e, conseqüentemente, o despertar de um organismo social são. Entretanto, para que o resultado esperado fosse alcançado, far-se-ia necessário que os vários procedimentos contidos no projeto consistissem numa política encabeçada por um governo forte, capaz de se portar como o representante do interesse geral e promover a organização e o desenvolvimento do país, cujas conseqüências serão a consolidação da unidade nacional, o despertar do espírito nacional e a construção de uma nacionalidade efetiva.

A política orgânica ou integral para a constituição da organização nacional

Alberto Torres enxergou a sociedade brasileira como um organismo disforme e sem conexão ou integração entre as suas partes constituintes, o que impede a formação de uma unidade destes e, conseqüentemente, a constituição dos organismos so-

ciais em nações. Tal conexão ou integração entre as partes deve ser o resultado de um trabalho de organização liderado por um órgão central, no caso o Estado, que exerce a função de centro coordenador e impõe um mínimo de harmonia entre as ações das diferentes unidades sociais em nome do bom funcionamento e, por conseguinte, da sobrevivência do organismo social, em razão do seu poder de influência catalisadora sobre toda a sociedade. Daí, então, a necessidade de uma máquina estatal bem estruturada e forte, capaz de conduzir a sociedade no sentido da saída de um quadro de amorfismo ocasionado pela desintegração em que se encontra. Em suma, Alberto Torres defende um governo central forte que,

concedendo privilégios, favorecendo ou restringindo indústrias, comércios e profissões, provendo à educação, construindo obras públicas e estradas de ferro, possa intervir, e realmente intervenha, em toda a vida do homem, positiva e diretamente, algumas vezes, mas, em geral, por uma forma reflexa e indireta, nem sempre observável à primeira vista, mas de evidentes e pesadíssimas consequências.²

Entretanto, o sucesso do trabalho de organização nacional depende da aplicação de um conjunto de medidas políticas compatíveis com as necessidades das sociedades nacionais. Em outras palavras, faz-se necessário combater com ações efetivas todos os problemas da coletividade que impedem a constituição de uma organização nacional. Esta efetividade depende de um conhecimento prévio da realidade por meio da observação dos problemas e da adoção de soluções para eles de acordo com o estudo das circunstâncias locais, não baseada

na importação de ideias que pouco ou nada dizem respeito às condições específicas de uma sociedade. É a esse conjunto de ações ou medidas implementadas pelo Estado, e que formam um amplo projeto nacional de reformas visando à organização e à integração do organismo social, que o autor brasileiro deu o nome de “política orgânica” ou “integral”.

Alberto Torres acredita que é na observação da realidade de cada sociedade que se tem a orientação certa para a compreensão de seus problemas e o caminho para as suas soluções. Logo, de nada serve uma análise abstrata da sociedade baseada na importação de ideólogos estrangeiros. A análise e as ideias devem brotar da realidade não o contrário. A este respeito, Alberto Torres afirma que

filosofia, ciência, arte e política são sistemas de abstrações e de conceitos que nada dizem e nada realizam, quando não se adaptam, e não se vitalizam, como elementos motores da vida real – nervos e sangue da nutrição e da vontade de um povo. Na prática, cada terra e cada povo tem a sua filosofia, a sua ciência, a sua arte, a sua política, que não alteram as ideias gerais, aliás limitadíssimas, do saber humano, mas fundam e desenvolvem formas e processos autônomos de viver.³

A partir do momento em que o Estado conseguisse levar os benefícios oriundos desta política orgânica ou integral para todos os setores sociais, cada um destes veria que a realização de seus interesses particulares dependeria do respeito ao poder estatal e da existência da sociedade nacional, criando neles um sentido de estima e de preocupação pela nação, formando-se, assim, um apego às coisas da terra que

despertaria um espírito nacional. De certa forma, a identidade nacional dependeria muito da lealdade ao Estado, por causa da garantia que este daria aos membros da sociedade para a sobrevivência e a realização de seus interesses. A política orgânica ou integral induz os indivíduos a enxergarem na proteção de seus interesses e na realização de seus anseios não uma parte dos direitos que lhes cabe como cidadãos nacionais, mas como produto de uma política de distribuição de benefícios por parte do Estado para amplos setores sociais e que exige, como contrapartida, uma lealdade para com aquele e as suas ações. Trata-se, portanto, da difusão da ideia de que os benefícios dados à população nacional não têm origem nos direitos de todos, mas nas ações benéficas do Estado, à qual José Murilo de Carvalho dá o nome de “estadania” em seu livro *Cidadania no Brasil: o longo caminho*.⁴

Contudo, a realização da política orgânica ou integral que beneficie a coletividade depende de que o poder estatal seja exercido por autoridades com qualidades especiais, oriundas de um processo de seleção natural, e dotado com um amplo raio de atuação e que os interesses gerais sejam postos acima de interesses particulares. É em torno deste último ponto que se desenvolve toda uma crítica aos partidos políticos pelo seu caráter faccionista, preocupados como são apenas em exercer pressão, adquirir representatividade ou ocupar o poder público para atender aos interesses de certos grupos, ainda que em prejuízo do bem-estar da coletividade. Assim, propõe-se como solução para tal problema

a relação direta entre os setores sociais e o Estado, como uma maneira de se privilegiar os interesses de uma maior gama possível de indivíduos organizados em torno dos setores. Alberto Torres acredita que, assim, todos os setores sociais podem melhor se organizar e se fazerem representar, buscando na negociação com o Estado a garantia de seus direitos e a realização de seus interesses.

Em suma, a política orgânica ou integral para a constituição de uma organização nacional depende de uma dose de fortalecimento do poder estatal, principalmente do governo federal, para a implementação das reformas necessárias, e de um sentimento altruísta por parte das autoridades e da população em geral capaz de gerar um espírito nacional. Entre as principais medidas ou ações políticas que constam no programa de reformas constituintes do projeto de uma política nacional de Alberto Torres encontram-se o desenvolvimento da agricultura, a preservação dos recursos naturais e a reforma agrária. Assim, a política torna-se uma atividade criadora de uma nova sociedade, cujo destino é modificado pela presença ativa do poder público em todos os domínios da vida coletiva.

O desenvolvimento da agricultura, a preservação dos recursos naturais e a reforma agrária

Para Alberto Torres, o desenvolvimento da agricultura tem um importante papel na tarefa de organização nacional.

Segundo o autor, o progresso das sociedades ao longo da história da humanidade é baseado na capacidade delas em produzirem alimentos. O surgimento da atividade agrícola possibilitou ao homem o fornecimento dos nutrientes necessários para o bom funcionamento de seu organismo por meio dos alimentos cultivados, o que não era possível com a coleta de produtos na natureza, pois estes, além de serem obtidos em quantidades muitas vezes insuficientes, não forneciam a energia suficiente para o desenvolvimento físico e intelectual.

Além disso, também estimulou o apego à terra por esta lhe oferecer as condições para a existência, propiciou o desenvolvimento contínuo das técnicas de produção no sentido de ampliar e aprimorar o culto de alimentos, promoveu o aparecimento de sociedades fixas e organizadas e gerou riquezas por meio do trabalho.

Exatamente por ser um parâmetro central na avaliação do grau de evolução das sociedades e fonte de vida para as suas populações, a agricultura deve ser um foco de atenção na política orgânica ou integral a ser implantada pelo Estado brasileiro. Isso implica a criação de condições para um contínuo progresso da produção agrícola, tanto quantitativa quanto qualitativamente.

É nesse ponto que consiste o grande desafio a ser enfrentado pelo Estado brasileiro quanto ao desenvolvimento da agricultura, pois no Brasil a produção agrícola encontra-se afetada, na perspectiva de Alberto Torres, pelos problemas da grande concentração fundiária, da dependência dos mercados internacionais pela

ausência do cultivo de uma maior variedade de produtos e da adoção de técnicas rudimentares. Esses problemas acarretam uma circunstância caracterizada pela insuficiência na produção de alimentos necessários para o atendimento do mercado interno e o encarecimento do custo de vida diante da importação desses; pela deterioração do padrão de vida nas cidades por causa do êxodo rural ocasionado pela fuga do homem do campo, que não vê condições para a sua sobrevivência e de sua família, criando um quadro de instabilidade nas áreas urbanas, isso quando não permanece e trabalha num regime servil para os latifundiários; pela instabilidade da economia nacional diante das ameaças de crise mundial, que ocasionam em queda na demanda do produto-rei e, consequentemente, na redução na entrada de receitas no país, resultando em prejuízo para todos setores e em queda na arrecadação do Estado; e pela destruição dos recursos naturais fundamentais para a continuidade da atividade agrícola.

No sentido de se buscar soluções para tais questões, Alberto Torres propõe medidas como a ampliação na gama de produtos centrais para a economia brasileira, os investimentos em irrigação em regiões nas quais se faz necessário, a facilitação do acesso ao crédito para o pequeno, médio e grande proprietário, a difusão de técnicas mais avançadas de produção e a conscientização para a importância da preservação dos recursos naturais, além de um programa de reforma agrária que estimule o aparecimento de um grande número de pequenas propriedades como uma maneira de se

melhor aproveitar as terras, incentivar-se a permanência ou fazer voltar o homem para o campo e aumentar a produção agrícola nacional. Dessa maneira, também se criam os meios para o desenvolvimento da capacidade do homem nacional para o trabalho, sem haver a necessidade de se recorrer a mão de obra estrangeira, isto é, à imigração, para se suprir a carência de força para a produção.

Alberto Torres remete a origem do problema da concentração fundiária ao sistema de exploração da terra implantado durante o período colonial, que, em sua perspectiva, preocupou-se tão somente em vender a riqueza da terra para o mercado externo, não demonstrando interesse em reter o capital nacional nem em criar as bases sólidas de organização da produção voltada para o desenvolvimento da economia local. Em sua tendência de explorar e se voltar para o mercado externo, a colônia criou o hábito da exploração alienada e depredatória a partir de uma ordem econômica internacional fundamentada no privilégio, no monopólio comercial, na concentração produtiva e na concorrência desleal. O resultado deste sistema de exploração é o prejuízo da organização nacional diante de formas parasitárias de capital e da deterioração da economia local com a especulação e a exploração por parte de estrangeiros.

Além disso, também se formou um tipo de propriedade que criou uma sociedade colonial constituída por uma reduzida aristocracia territorial, que somente facilitava a drenagem das riquezas para o exterior, e por uma população pobre, in-

consciente e sem participação no lucro da empresa colonial. Como consequência deste tipo de empresa, cujos moldes em que se encontrava estruturada perdurariam ainda durante a República, havia o mau uso da terra por falta de um estudo do solo e das condições de fertilidade e a monocultura de um produto que atendesse às demandas de consumo do mercado externo, criando um círculo vicioso de esgotamento das terras, escasseamento das riquezas, drenagem do capital gerado para o exterior e falência e substituição de gerações de proprietários.

Desse modo, não se despertou a consciência entre os brasileiros para a conveniência da conservação e exploração racional da riqueza nacional num instinto de preservação nacional. Segundo Alberto Torres,

a lavoura nacional foi sempre, de fato, em lugar de agente principal, na série das operações do intercâmbio, um serviço colonial da exportação, incumbido da extração das riquezas; e, se, apesar de todos os percalços e de todas as contingências, os lucros fabulosos das nossas especiarias davam para lhe fazer chegar às mãos, às vezes, proventos consideráveis, a falta de educação industrial, o absenteísmo, a prodigalidade, faziam-na colaborar com seus concorrentes, na obra da própria ruína. No estudo dos problemas da produção e da riqueza nacional, cumpre ter sempre em vista os elementos da relação do valor das riquezas extraídas em função do tempo e da extensão das regiões exploradas, e da relação da extração das riquezas e do esgoto do solo, em função da riqueza conservada no País, da riqueza em movimento, e da riqueza exportada para o exterior. Só assim se pode chegar a formular conjecturas justas sobre o nosso ganho e as nossas perdas e sobre a realidade do nosso progresso material. Estes

elementos deixam fora de dúvida a falaz suposição da formação de uma riqueza nacional, consolidada ou móvel: a ilusória pretensão do nosso progresso material.⁵

Os grandes proprietários são o principal exemplo da falta de consciência da necessidade de exploração racional dos recursos nacionais em razão do tipo de produção agrícola por eles desenvolvido, caracterizado pela ocupação de grandes extensões de terra dedicadas ao cultivo de um produto de exportação, pela adoção de técnicas rudimentares que causam o rápido empobrecimento do solo e o seu posterior abandono, pela ausência de um espírito empreendedor que leva os grandes fazendeiros a investirem a maioria de seus rendimentos não em melhorias na propriedade e na produção, mas, sim, em gastos supérfluos numa vida de luxúria nas cidades e na Europa, e pela exploração excessiva dos trabalhadores rurais, deixando-os num estado tal de pobreza que acaba levando a que abandonem o campo e se desloquem para as cidades, quando conseguem, piorando, assim, o nível de vida nas zonas urbanas. Isso é uma clara demonstração da ausência de valor econômico, sem o qual

o homem não pode ter personalidade. É sob esse aspecto que se mostra a maior fraqueza da sociedade nacional. O brasileiro não tem vida econômica e não recebe educação para o trabalho e para a administração. A produção, na agricultura, representa um simples sistema de exploração imprevidente da terra. O grande produtor, pouco amante de sua profissão, ausente, em muitos casos; pródigo, escravo de seus gostos e hábitos perdulários, dissipa a fortuna e perverte a prole, habituando-a ao parasitismo, ao luxo, à vida nas cidades, a requintes de vaidades sociais e acadêmicas.⁶

Enquanto isso, os pequenos proprietários de terra ficam jogados à própria sorte, conseguindo com muitas dificuldades manter o seu sustento e de suas famílias, por causa da inexistência de ações políticas no sentido da difusão de novas técnicas de produção, do acesso ao crédito rural mais fácil e da comercialização do excedente da produção. Este último ponto, que inclui iniciativas que também se estendem aos grandes produtores, trata de medidas como a redução das despesas intermediárias da exportação com o sistema de armazéns de depósito presentes nos portos, a diminuição dos impostos de exportação e a imposição aos produtores do regime comercial na administração e na escrituração, para a obtenção de crédito e a facilitação das transações com o governo, de modo a forçá-los ao conhecimento exato de suas operações e do estado de suas propriedades. De acordo com Alberto Torres,

algumas dessas medidas já estão adotadas, mas, em lugar de empregadas como meios de redução dos faux frais e de supressão de intermediários, usam-se conjuntamente com outros ônus à lavoura, tornando-se, assim, em vez de favores que deveriam ser, outros tantos parasitas. Crédito fácil e barato, com leis severas de liquidação, resolveriam muitas das nossas mais sérias dificuldades econômicas.⁷

Situação pior é, porém, a daqueles que não têm propriedades e que, por isso, veem-se diante da necessidade de trabalhar num regime de servidão nas grandes fazendas, quando obtêm trabalho, de migrar para as cidades ou perambular pelas estradas levando uma vida de miseráveis. A culpa, em grande parte, por essa situação é dos poderes públicos, desde a União até

os Municípios, uma vez que não criam as condições para a estabilidade e a prosperidade do homem no campo, encontrando-se este, por isso, reduzido a uma vida mesquinha, que se resume a se alimentar a cada dia com o mínimo possível, sendo saciada a fome muitas vezes com bebida alcoólica e fumo. A solução para tal problema estaria, segundo Alberto Torres, no estabelecimento de um regime social de trabalho que possibilitasse a reorganização econômica do campo e criasse o amor pela vida agrícola, ao invés da repugnância pelo trabalho rural por causa das condições econômicas e sociais do campo.

Em outras palavras, não é possível fixar o homem no campo sem lhe dar o acesso à propriedade nem lhe conceder os meios para o desenvolvimento da produção por meio da instrução sobre as técnicas modernas de cultivo, da implantação de um sistema de irrigação nas regiões mais áridas do país e do acesso ao crédito rural. Nesse sentido, o intelectual brasileiro critica a falta de atenção dos poderes públicos com relação aos pequenos proprietários e aos trabalhadores rurais desprovidos de terra e afirma que “a grande produção é a única de que os poderes públicos têm cuidado, porque interessa ao fisco e porque é ainda a maior riqueza do País, explorando-a uma das nossas classes mais influentes”.⁸

Contudo, as classes superiores da sociedade brasileira têm também a sua parcela de culpa em tal problema, pois, ao invés de colaborarem para a melhoria das condições de vida dos trabalhadores rurais nacionais, dando-lhes trabalho digno, preferem explorá-los ou simplesmente

dispensar a sua mão de obra, usando como argumento uma suposta propensão à indolência por parte das raças que compõem a população nacional. Para Alberto Torres, este argumento não tem embasamento científico, pois, se, principalmente, os negros e os índios têm permanecido numa situação de miséria, isso não se deve a fatores biológicos, mas, sim, ao fato de que a sociedade brasileira os tem abandonado à própria sorte, impossibilitando que progridam. A suposta superioridade do branco europeu é simples resultado de uma vaidade étnica, uma vez que as raças são produto dos meios físicos e, conseqüentemente, é o meio que lhes determina os caracteres. Por isso, as raças que compõem a população nacional, no caso, o índio, o negro e o branco descendente dos portugueses, estão mais adaptadas às condições ambientais do meio brasileiro e mais bem preparadas para os trabalhos usuais da lavoura, fazendo-os com regular perícia. O que falta ao homem brasileiro é lhe propiciar as condições para criar uma tradição própria de amor e de cultivo adequado da terra, uma vez que

ele não é mais indolente que qualquer outro; é mesmo, talvez, mais paciente, para a tarefa, que o europeu e o americano; mas, ao passo que o campo, na Europa e nos Estados Unidos, é uma escola de destreza e de ginástica educativa, do corpo e do espírito, para a faina agrícola, onde, de tempos imemoriais, a prática da agricultura e os conhecimentos empíricos vêm passando de gerações para geração, como as sementes passam de colheita a colheita e de mão em mão – a gente da nossa terra ainda está por formar o acervo, não de idéias teóricas de agricultura, mas dessas tradições elementares que

estão para a aptidão do lavrador como o movimento dos dedos para a habilidade da costureira, os costumes para a moral e o folclore para a alegria e para o lirismo íntimo da vida. Nós não sabemos ainda o que a nossa terra pode produzir e como deve produzir.⁹

No que diz respeito ao problema da ausência do cultivo de uma maior gama de produtos, Alberto Torres afirma que o efeito mais nefasto da dependência da economia nacional da produção e comercialização de um ou de poucos produtos é a extrema subordinação ao mercado internacional e aos especuladores estrangeiros, que de um momento para outro podem jogar a economia interna num quadro de crise profunda com a simples deterioração do preço de um produto de exportação. Além disso, essa dependência excessiva de um produto de exportação apenas acentua uma situação de exploração extensiva dos recursos naturais do país, o que, no final das contas, acaba por beneficiar os intermediários, que adquirem o produto por um baixo custo e o revendem no exterior a um preço muito superior, gerando uma circunstância de usura que drena as riquezas nacionais para o estrangeiro.

Trata-se da instalação de um mecanismo pelo qual o grande proprietário promove com a sua produção um saque brutal aos recursos naturais do país e o comércio desta produção estabelece a transferência de quase toda a riqueza gerada para o exterior, dando muito pouco ou nenhum proveito para a economia nacional. Portanto, a ampliação da quantidade de produtos cultivados significa o fim da pressão espoliativa dos intermediários.

Entretanto, essa ampliação deve consistir na escolha daqueles gêneros alimentícios que, pela adaptação às condições naturais do país, sejam propícios ao meio nacional, substituindo os gêneros importados ou cultivados por processos artificiais. Nesse sentido,

sendo coisa repugnante ao simples bom senso atacar, combater, abandonar ou embaraçar as produções, atualmente exploradas, devendo o esforço pelo desenvolvimento da policultura e das indústrias próprias de nosso meio consistir em medidas indiretas, entre as quais se destacam as que se aplicam às relações entre a produção e o consumo, é força tolerar o atual regime de suprimentos de braços à lavoura, mas imprescindível iniciar uma política de fixação definitiva dos trabalhadores, garantindo trabalho ao proprietário e prosperidade ao trabalhador. Devendo ser o escopo de formar a nacionalidade o objetivo supremo dos nossos esforços, evitar que o Brasil continue a ser explorado colonialmente pelo capital e pelo trabalho estrangeiros é a primeira norma da nossa orientação política.¹⁰

Quanto à questão da adoção de técnicas rudimentares de cultivo, Alberto Torres afirma que falta para o desenvolvimento da agricultura no Brasil um estudo mais aprofundado das condições ambientais para se conhecer os recursos naturais existentes e a melhor maneira de utilizá-los com a ajuda de técnicas de cultivo para o aumento da produção agrícola. Existe uma série de fatores, como a ação das florestas sobre o curso dos ventos, a produção de correntes aéreas locais entre as serras elevadas, a retenção de camadas de ar carregadas de vapor d'água, a ação protetora das matas sobre as fontes, os mananciais e os cursos de água, a ação dos ventos atraídos pelos

campos contra o excessivo ressecamento causado pela irradiação terrestre do calor e etc., que estão ainda por ser estudados e que são determinantes para se conhecer os impedimentos colocados por cada região para o desenvolvimento da agricultura e os recursos técnicos modernos para se superar tais obstáculos e promover aqueles cultivos melhores adaptados às condições ambientais locais. Isso impediria problemas como o esgotamento e mau uso de recursos naturais como a água, a terra e as matas, por causa da produção extensiva sem as técnicas adequadas ou do cultivo de gêneros que são inadequados ao meio o que pode contribuir para o seu desequilíbrio.

Trata-se, enfim, de um mecanismo de exploração dos recursos naturais de forma imprevidente, como resultado da falta de conhecimento sobre o meio ambiente e de técnicas modernas e apropriadas de produção, destruindo-se, assim, todo um potencial que poderia dar melhores resultados para o país no futuro, caso fossem os recursos explorados racionalmente na atualidade. Segundo Alberto Torres,

preservar as florestas, nos espinhaços das serras, nos altos dos morros, nos planaltos, nos pontos elevados, e, em geral, em toda a parte onde a derrubada não for imposta por necessidade reais das populações no cultivar a terra por processos racionais, intensivos e conservadores, torna-se, assim, para nós, um interesse vital, de dobrada importância, em relação aos países frios ou temperados, onde estes assuntos já fazem, aliás, um pouco, objeto de cuidados governamentais.¹¹

A solução primordial para o problema do desenvolvimento da agricultura no

Brasil está, para Alberto Torres, numa organização da estrutura fundiária no país, ou seja, numa melhor distribuição das terras. Segundo Torres, como o trabalho de desenvolvimento da agricultura brasileira deve ser uma tarefa a ser realizada pelos elementos nativos que compõem a população nacional, compete ao Estado dar-lhes terras e, ao mesmo tempo, a assistência necessária para que permaneçam no campo e possam alavancar a produção agrícola do país. Trata-se, na realidade, da criação de núcleos de colonização nacional, vizinhos de todas as regiões onde se careça de trabalho periódico, o que incentivaria a volta do migrante ao campo com o acesso à propriedade para a produção de bens de consumo que a grande cultura abandonou. O temor quanto à não aceitação desta volta ao trabalho rural não faz sentido, uma vez que

a própria relação entre a aptidão do homem e o trabalho contém implícita a tendência do maior número para os trabalhos da terra. A propriedade é, além disso, uma sedução poderosa, e, se ao incentivo que ela gera, se juntasse um certo cuidado por tornar a existência agradável nos centros agrários, dispersando-se um pouco, pelas cidades e vilas do interior, em obras de saneamento e modestos melhoramentos, o que se despende, em obras luxuosas e despesas improdutivas, nas capitais, dando-se, além disso, educação profissional aos pequenos lavradores, a experiência venceria rapidamente os primeiros obstáculos e se consolidaria. Ao lado da grande cultura, que explora as produções que se exportam, fundar-se-ia a pequena cultura, para as produções de consumo; os nossos parias seriam incorporados à sociedade; e o Brasil possuiria

uma vasta classe aplicada ao trabalho de lhe fornecer o alimento, que, até nas cidades, é escasso e mau, para as próprias classes médias.¹²

A utilização do trabalhador nacional no desenvolvimento da atividade agrícola seria feita por meio de um processo de distribuição de terras incultas e devolutas entre aqueles indivíduos que fossem despossuídos de propriedade, com o estabelecimento deles em pequenos lotes, e da organização de comunidade agrárias. Assim, com a formação de um amplo grupo de proprietários no país, dar-se-iam as condições para o surgimento de cidadãos conscientes e ativos no trabalho de organização nacional, superando-se, assim, um quadro de degeneração dos trabalhadores nacionais diante da falta de expectativa na vida e de incentivo ao trabalho pelo Estado, levando-os ao vício, principalmente ao alcoolismo. Porém, é importante frisar que, para Alberto Torres, este programa de reforma agrária deveria ser feito se respeitada a propriedade como um direito inviolável.

Juntamente com a distribuição de terras, faz-se também necessário, nos casos de prestações de serviços dos trabalhadores rurais nas grandes propriedades, elaborar leis que estabeleçam o mínimo de garantias aos empregados, criando uma relação mais harmônica com os patrões. Entre tais leis deveria constar uma que implantasse um salário mínimo para a existência do trabalhador e de sua família, cabendo aos órgãos públicos federais averiguar o seu cumprimento. Com a reforma agrária e a regulamentação do trabalho no campo, é possível que se organize

um regime de estabelecimento de trabalhadores, em todos os municípios e distritos, se possível, ou quando o não seja, nas regiões mais próximas, garantindo, por meio de contratos seriamente feitos e lealmente executados, entre o governo, o produtor e o operário, a efetividade do serviço, nos grandes estabelecimentos agrícolas, a bem dos fazendeiros, e terras, instrumentos e outros meios de trabalho, aos operários, para que cultivem suas lavouras fora das épocas de emprego, provendo o Estado a educação e cultura das populações proletárias. Conviria que fosse promovido, ao lado disto, por ocasião das liquidações e execuções, a divisão das propriedades, de forma a dispersar-se a riqueza, consolidando-se o bem-estar popular. É uma idéia de que os nossos políticos não se compenetraram ainda a de que o Brasil precisa constituir seu povo, dotando as classes pobres da sociedade desse mínimo de segurança e de bem-estar, consistente em propriedade, no conhecimento e exercício de uma profissão reprodutiva, na certeza de obter trabalho e remuneração (relações da produção com o consumo), em instrução e hábitos de vida regular – que dão ao proletário europeu, do campo e das cidades, posição relativamente estável em seu meio. Nossa política deve caminhar com mais coragem – sem atacar a propriedade e os direitos constituídos – no sentido de uma distribuição mais larga das riquezas e de um nivelamento mais completo das possibilidades e dos meios de ação.¹³

Um problema que consta na proposta de reforma agrária de Alberto Torres diz respeito à ausência de uma melhor explicação sobre os critérios a serem utilizados para se determinar quando uma terra pode ser considerada improdutiva ou mal aproveitada por um proprietário particular. Além disso, carece-se de maiores detalhes sobre os critérios de distribuição das terras incultas e devolutas e sobre o tamanho do

lote que cabe a cada família, devendo-se, para isso, levar em conta a maior ou menor facilidade para o cultivo da terra, de acordo com a disponibilidade de recursos naturais do local e o número de famílias a serem assentadas.

O que deixa claro o autor brasileiro é a sua tendência favorável a que nas colônias onde se estabeleçam os trabalhadores e as suas famílias se criem cooperativas e mutualidades agrícolas, pois estas contribuem muito para a missão de regeneração da vida no campo. De acordo com Alberto Torres,

é conhecida a ação regeneradora das cooperativas e mutualidades agrícolas, em várias regiões da Europa. Populações decadentes, indivíduos degenerados e corruptos, reergueram-se, moralizaram-se, deram-se ao trabalho, e prosperaram, graças a essas associações, destinadas à compra e venda de terras e instrumentos de lavoura, cedidas a indivíduos sem capital. O que as mutualidades têm feito na Europa, o governo pode e deve fazer aqui.¹⁴

Como se pôde observar ao longo deste artigo, a análise de Alberto Torres sobre o problema agrário no Brasil tem o aspecto positivo de perceber, já em começos do século XX, que não basta o estabelecimento do homem do campo numa parcela de terra pelo Estado, mas se faz necessário também que isso ocorra com a assistência indispensável para que o cultivo do solo seja viável e, assim, haja impulso importante no desenvolvimento da agricultura do país.

Alberto Torres, national organization and agrarian question

Abstract

Alberto Torres was a vanguardist author among the intellectuality of Brazil to begin a critical analysis to Old Republic. This analysis is constituted by means of the study of the Brazilian reality, indicating the urgent necessity to resolve problems as the agricultural that linking with the development of the agriculture, the preservation of the natural riches and the agricultural reform.

Key words: Organical politics. National organization. Agricultural question.

Notas

- ¹ LIMA, Sabóia. *Alberto Torres e sua obra*. 2. ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1935. série V, v. XLIII, p. 19. (Biblioteca Pedagógica Brasileira: Brasileira).
- ² TORRES, Alberto. *A organização nacional*. 3. ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1978. série IV, v. XVII, p. 138-139. (Biblioteca Pedagógica Brasileira: Brasileira).
- ³ TORRES, Alberto. *O problema nacional brasileiro: introdução a um programa de organização nacional*. 3. ed. São Paulo; Brasília: Companhia Editora Nacional; Instituto Nacional do Livro, 1978, série III, v. XVI, p. 29. (Biblioteca Pedagógica Brasileira: Brasileira).
- ⁴ CARVALHO, José Murilo de. *Cidadania no Brasil: o longo caminho*. 5. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2004.
- ⁵ TORRES, Alberto. *O problema nacional brasileiro: introdução a um programa de organização nacional*, p. 128-129.
- ⁶ TORRES, Alberto. *A organização nacional*, p. 205.
- ⁷ Ibidem, p. 205-206.

- ⁸ TORRES, Alberto. *A organização nacional*, p. 207.
- ⁹ Ibidem, p. 54.
- ¹⁰ TORRES, Alberto. *A organização nacional*, p. 187.
- ¹¹ TORRES, Alberto. *O problema nacional brasileiro: introdução a um programa de organização nacional*, p. 99-100.
- ¹² TORRES, Alberto. *A organização nacional*, p. 132-133.
- ¹³ Ibidem, p. 187-188.
- ¹⁴ TORRES, Alberto. *A organização nacional*, p. 132

Referências bibliográficas

BARRETO, Dalmo. *Alberto Torres: sociólogo e jornalista*. Niterói: Instituto Nacional do Livro, 1970

BRITTES, Maria Teresa Toribio. *Alberto Torres: contribuição para o estudo das idéias no Brasil*. 2. ed. Rio de Janeiro: Quartet, 1995.

CARVALHO, José Murilo de. *Cidadania no Brasil: o longo caminho*. 5. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2004.

FAUSTO, Boris. *O pensamento nacionalista autoritário*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.

FERREIRA, Marieta de Moraes (Coord.). *A República na Velha província*. Rio de Janeiro: Rio Fundo, 1989.

GENTIL, Alcides. *As idéias de Alberto Torres*. 2. ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1938, série III, v. 3. (Biblioteca Pedagógica Brasileira: Brasileira).

KUNTZ, Rolf. Alberto Torres: a organização nacional. In: MOTA, Lourenço Dantas (Org.). *Introdução ao Brasil: um banquete no trópico*. São Paulo: Senac, 2001. v. 2. p. 259-278.

LIMA, A. Sabóia. *Alberto Torres e sua obra*. 2. ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1935. série V, v. XLIII. (Biblioteca Pedagógica Brasileira: Brasileira).

LIMA SOBRINHO, Barbosa. *Presença de Alberto Torres (sua vida e pensamento)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968.

MARSON, Adalberto. *A ideologia nacionalista em Alberto Torres*. São Paulo: Duas Cidades, 1979.

TORRES, Alberto. *A organização nacional*. 3. ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1978. série IV, v. XVII. (Biblioteca Pedagógica Brasileira: Brasileira).

_____. *O problema nacional brasileiro: introdução a um programa de organização nacional*. 3. ed. São Paulo; Brasília: Companhia Editora Nacional; Instituto Nacional do Livro, 1978. série III, v. XVI. (Biblioteca Pedagógica Brasileira: Brasileira).